NOTÍCIAS AFRICANAS 44

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 17 A 23 DE JANEIRO DE 1994

GUINÉ-BISSAU

Eleições, só depois das chuvas?

O partido-líder dos movimentos nacionalistas das ex-colônias portuguesas, aquele que primeiro declarou a independência no país (1973) e foi, durante mais de uma década, exemplo internacional na condução de uma luta de libertação, é hoje o último a encaminhar um processo eleitoral que alavanque a democracia e consagre o pluripartidarismo.

É esse, mesmo, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Exagerado no tamanho do nome (ainda inclui Cabo Verde) e minguado de vitalidade política.

O governo do PAIGC, chefiado pelo presidente Nino Vieira, assevera que as eleições gerais serão realizadas na data prevista: 27 de março de 1994. Alguns fatos parecem contestar isso: o recenseamento eleitoral, por exemplo, ainda não foi feito. Alega-se que faltam os US$ 5 milhões prometidos pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Este, por sua vez, responde que só liberará a verba quando lhe for apresentado um plano de atividades e os respectivos custos. Ora, cumprir todas essas tarefas leva tempo. Em muitos países da África Tropical, como a Guiné-Bissau, a estação das chuvas não é um simples acidente sazonal. Ela torna uma boa parte do país quase intransitável. Se as eleições não ocorrerem até junho... só depois das chuvas, lá para novembro.

Outra componente do quadro eleitoral guineense continua sendo a dificuldade de se encontrar uma figura que tenha boas chances de vencer o presidente Nino Vieira nas eleições presidenciais. Oito dos 11 partidos legalizados estão fragilmente coligados em duas frentes: a Força do Povo e a Unido. A primeira tem a liderança do velho Rafael Barbosa, antigo presidente do PAIGC (Amílcas Cabral manteve sempre o cargo de secretário geral).

A cumplicidade manifestada com o colonialismo após a sua primeira prisão é responsável pela controvérsia, dado o lastro político que ele manteve depois desse episódio. Por outro lado, as prisões que sofreu depois da independência e a representatividade que manteve acabaram acarretando para o Velho uma certa auréola.

É provável que isso não seja suficiente para defrontar Nino Vieira, o legendário guerrilheiro conhecido como comandante Kabi. Todavia, não podemos afirmar que a história de ontem influencie tão diretamente a política de hoje.

Os demais candidatos ou chefes de partidos pertencem, em grande parte, à história do PAIGC, à sua cultura política, que está enraizada numa sociedade sociologicamente *crioula*, culturalmente mestiça e predominantemente urbana. Entre eles, está João da Costa, enfermeiro que se engajou muito cedo na guerrilha e foi ministro da Saúde no primeiro governo. Atuamente, está preso. A acusação de ter fomentado um golpe de Estado em março de 1993 parece não ter fundamento.

Dois outros candidatos também foram ministros: Victor Saúde Maria e Filinto Vaz Martins, este representando a antiga ala renovadora do PAIGC, que acabou saindo do partido.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEAA)

- Misterioso ataque no litoral de Cabinda *3*
- A partilha do poder... ou do país *4*
- Unita chega com atraso e sem os seus generais *4*
- Um jogo para longas semanas *5*
- Evasão de guerrilheiros *6*
- Fronteiras inseguras preocupam Maputo *7*
- Começou a integração dos exércitos *7*
- Mandela tenta convencer Inkatha *8*
- Regresso ao passado *8*
- A dupla luta pela sobrevivência *9*
- África, um caso à parte *10*
- A paz em Angola e a África do Sul *11*

MOÇAMBIQUE

Embaixador brasileiro fala no CEAA sobre Moçambique

O embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, Luciano Ozório Rosa, pronunciou, em dezembro passado, no Rio de Janeiro, uma conferência sobre as relações do Brasil com Moçambique destinada sobretudo aos pesquisadores do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a bolsistas moçambicanos.

A primeira preocupação do embaixador Luciano Rosa foi a de relativizar, ou mesmo corrigir, dados e informações veiculados por alguns organismos internacionais sobre Moçambique. Em parte devido à guerra civil e igualmente por inadequação à realidade local, muitos desses dados não têm o rigor desejável.

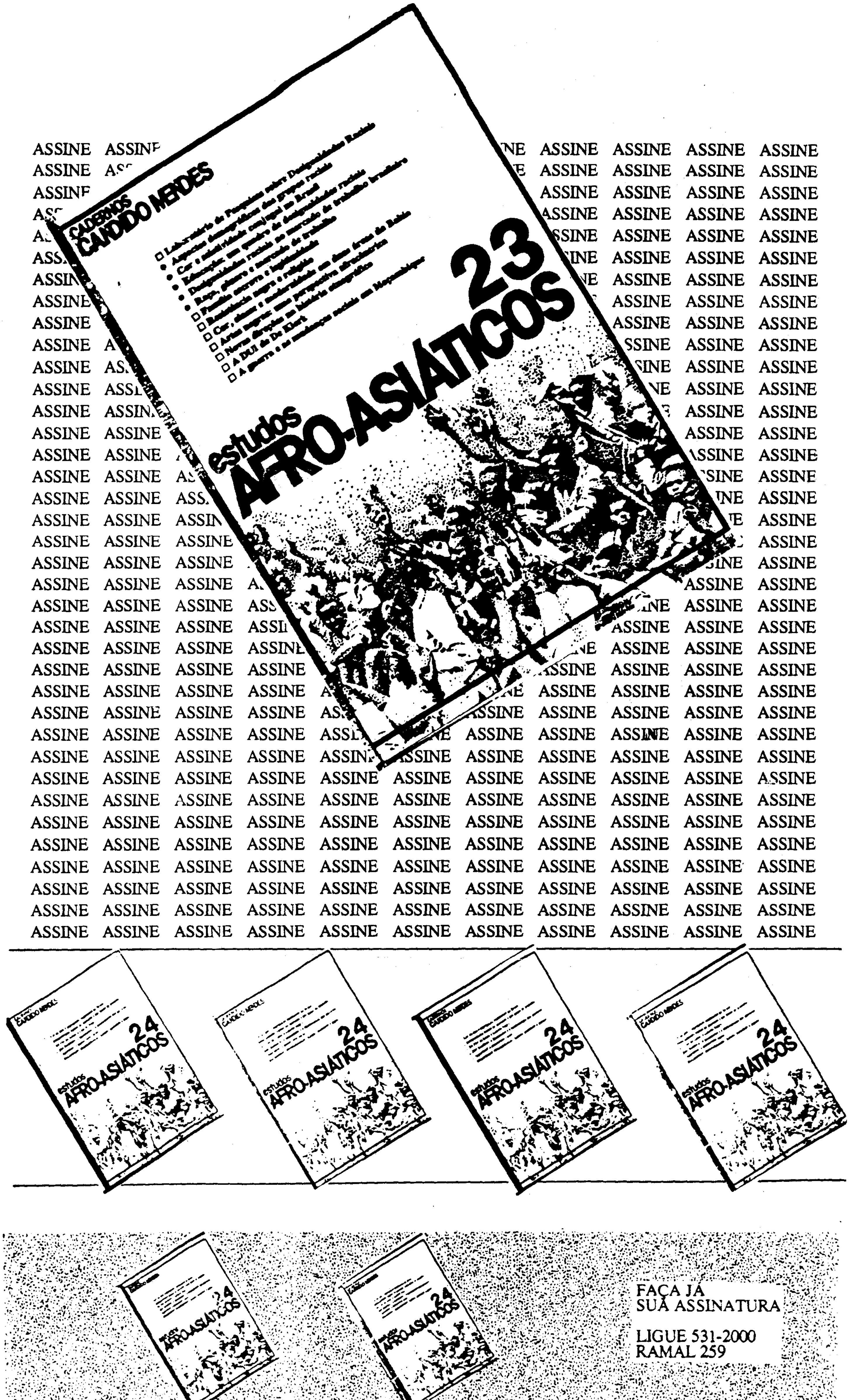
Em seguida o embaixador sublinhou algumas características que tornam esse país um parceiro importante. "Com sua posição estratégica no Oceano Índico e servindo de escoadouro e abastecedor das regiões internas da África Austral", essa região – enfatizou – "é o pólo de maior dinamismo econômico e de mais promissor futuro político do continente".

Quanto às relações do Brasil com Moçambique, o assunto dominante no debate que se seguiu à conferência foi o projeto integrado de Moatize. Situada na província do Tete, Moatize possui carvão a céu aberto, com capacidade operacional de nove milhões de toneladas. A estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce fez, a pedido do governo moçambicano, um estudo preliminar de viabilidade técnica e comercial do aproveitamento dessa mina. O estudo, em que a Vale do Rio Doce investiu US$ 3 milhões, concluiu pela boa rentabilidade da exploração do carvão, que seria adquirido pelo Brasil com transporte a baixo custo, assegurado pelo ociosidade dos navios brasileiros que retornam do Extremo Oriente, após o descarregamento de minério de ferro.

O aproveitamento das jazidas foi concebido dentro de um projeto integrado que inclui a recuperação da ferrovia, a construção do terminal no porto da Beira e construção de habitações para operários e ferroviáros. A integração de todas essas obras fez com que o projeto fosse orçado em US$ 1,5 bilhão. Há, contudo, possibilidade de reduzir inicialmente a sua dimensão.

Abandonado há dois anos, o projeto voltou à pauta de programação do governo brasileiro e, no dizer do embaixador Rosa, "poderá representar a redenção econômica e social de Moçambique e o cimento de uma parceria sólida e mutuamente proveitosa" com o Brasil.

Analisando alguns constrangimentos nas relações do Brasil com os países africanos, o embaixador Luciano Rosa indicou uma solução "que se oriente para a valorização de moldura política que tenha as virtudos cumulativas de conjugar e sistematizar esforços de cooperação com esses países, concentrá-los naqueles mais receptivos à presença brasileira, tecer aliança estratégica com país europeu que possa reforçar essa atuação e simultaneamente deixe de representar instrumento exclusivo dos interesses globais da Comunidade Européia (...)". Por essa leitura concluímos que a moldura política é, indefectivelmente, o projeto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e desejamos que o país europeu seja Portugal. (JMNP)


ASSINE
CADERNOS CANDIDO MENDES
23
estudos AFRO-ASIÁTICOS
24
estudos AFRO-ASIÁTICOS
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA
LIGUE 531-2000
RAMAL 259

Misterioso ataque no litoral de Cabinda

PÚBLICO, 4 1 94

A PRODUÇÃO petrolífera de Angola, principal fonte de rendimento do país, nada sofreu com um ataque de obuses verificado domingo às instalações de Malongo, no litoral de Cabinda, esclareceu ontem um director da empresa exploradora, Robert Connon.

Foram três os engenhos que atingiram aquelas instalações da Cabinda Gulf Oil, ferindo um trabalhador e danificando veículos e edifícios, pormenorizou Connon à agência Reuter, desmentindo notícias de que o pessoal teria sido retirado após o ataque, de origem desconhecida.

A UNITA desmentiu ontem as alegações governamentais de que poderia ter estado por trás daquela acção, ocorrida na mesma zona que em 1985 foi alvo de um ataque por parte de comandos sul-africanos. E disse que se teria tratado de uma eventual actividade do grupo independentista FLEC; ou então de uma pura montagem por parte do MPLA.

Por Malongo, 30 quilómetros a norte da cidade de Cabinda, capital provincial, passam diariamente 300.000 barris diários de petróleo, havendo ali capacidade para armazenar três milhões e meio de barris, pelo que um ataque em força poderia atingir proporções catastróficas.

No dia em que o regime angolano perdesse o controlo da produção petrolífera de tal província perderia provavelmente a guerra, dado que é com o dinheiro do ouro negro que é possível comprar armamento e pagar tanto às Forças Armadas como ao funcionalismo público. Por isso Luanda se mostra tão atenta a tudo o que possa acontecer em Cabinda, mormente quando vai receber hoje uma rápida visita de congressistas norte-americanos.

Conversações em Lusaca e São Tomé

A luta em Angola não tem sido em geral muito intensa, mas continuaram os movimentos de tropas e as concentrações de forças, tanto de um como de outro lado. E a capacidade da Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem II) saber a verdade sobre a situação militar é muito limitada, dado que o seu actual contingente de observadores é de apenas 47 militares e 18 polícias.

Ainda esta semana, deverão ser reatadas em Lusaca as negociações que o governo angolano e a UNITA já ali tiveram de 15 de Novembro a 24 de Dezembro, de modo a que se reveja o mandato das Nações Unidas e o papel dos observadores, se consiga a reconciliação nacional e se defina quando é que poderá ser a segunda volta das eleições presidenciais iniciadas em Setembro de 1992.

Mal se tenha avançado nas conversações políticas da capital zambiana, os estados-maiores das Forças Armadas de um e outro lado irão a São Tomé, dentro de uma semana ou um pouco mais tarde, para uma reunião de carácter técnico-militar sobre o restabelecimento do cessar-fogo.

Na sua mensagem de Ano Novo, o Presidente José Eduardo dos Santos manifestou a convicção de que a guerra termine em breve, mas por parte de muitos diplomatas estrangeiros há cepticismo quanto à verdadeira normalização da vida angolana. ■

Conceição Lima, em São Tomé, com Reuter e Lusa

Angolanos de Portugal trabalham pela paz

PÚBLICO, 4 1 94

UMA COMISSÃO que reúne diversas associações de angolanos residentes em Portugal está a redigir um documento em prol da paz que tenciona enviar amanhã para Lusaca, na data prevista para o reatamento das conversações entre o Governo e a UNITA, disse ao PÚBLICO um dos promotores da iniciativa, Francisco Viana. Cópias do texto serão entregues no escritório da ONU, na embaixada de Angola e na representação da UNITA em Lisboa.

Enquanto isto, o representante especial do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, que amanhã deverá seguir para a Zâmbia, avisou em Luanda que não se sabe ainda ao certo quanto tempo irá durar a nova fase das negociações, que em Lusaca abordará apenas aspectos políticos, enquanto os aspectos técnico-militares da concretização do cessar-fogo ficarão para São Tomé (ver pág. 10). E garantiu que a regra do silêncio imposta no decurso da primeira fase será agora reforçada: "Todo o elemento que falar à imprensa será expulso" das conversações.

Por seu turno, o ministro angolano das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, era esperado ontem à tarde em Nova Iorque para um encontro com o secretário-geral Boutros-Ghali sobre o futuro das actividades da ONU em Angola, que poderão vir a mobilizar perto de 15 mil homens, uma vez que se consiga assinar um acordo de cessar-fogo geral. Mas, em Luanda, o Estado-Maior General das Forças Armadas continuava ontem à noite a dizer que a UNITA incrementa actualmente as suas actividades militares; e a ameaçar com represálias. Pelo que não se vê muito bem que as conversações possam ser reatadas em bom ambiente dentro das próximas 48 horas. ■

Ano Novo em Luanda

PÚBLICO, 4 1 94

A POLÍCIA de Luanda anunciou ontem a detenção de 35 pessoas durante a passagem de ano, acusadas de disparos anárquicos. Fontes da polícia adiantaram à agência Lusa que entre os detidos se encontravam 15 civis, 10 elementos da polícia nacional e o mesmo número pertencentes às Forças Armadas Angolanas. Apesar destes incidentes, apenas se registaram cinco mortos nas festividades, contra 60 em 1992. ■

PSP para Moçambique

PÚBLICO, 5 1 94

UM PRIMEIRO contingente constituído por sete oficiais da PSP parte para Moçambique, no final do mês, com o objectivo de participar no processo de paz liderado pelas Nações Unidas (ONU), disse à agência Lusa uma fonte do comando-geral da PSP. De acordo com a mesma fonte, trata-se de uma "equipa de monitores", que actuará sob o comando das Nações Unidas, apoiando as populações e as forças policiais locais, contribuindo para que o processo de paz corra com normalidade. A deslocação destes sete oficiais para Moçambique resultou de um pedido feito pela ONU ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. ■

França ajuda S. Tomé

A FRANÇA concordou em financiar um projecto de 23 milhões de dólares (cerca de quatro milhões de contos) para aumentar a produção de energia eléctrica no arquipélago-Estado africano de São Tomé e Príncipe. O financiamento será prestado através da Caixa Central de Cooperação Económica de França, na sequência de problemas com o Banco Mundial, que inicialmente planeara financiar o projecto. ■

PÚBLICO, 9 1 94

Tottafinace em Cabo Verde

A TOTTAFINANCE participou recentemente na elaboração de um estudo sobre a política industrial de Cabo Verde, no quadro de um acordo com o departamento da Indústria da ONU. Após a definição de um sistema de incentivos ao investimento estrangeiro, registou-se o interesse de empresas originárias de Hong-Kong, Macau e Portugal por este país africano.

EXPRESSO, 8 11 93

Recomeçam hoje as negociações de Lusaca sobre Angola

A partilha do poder... ou do país

PÚBLICO, 5.1.94

O GOVERNO angolano e a UNITA retomam esta tarde, em Lusaca, as negociações de paz interrompidas a 24 de Dezembro. Com os trunfos escondidos debaixo da manga, são indisfarçáveis os sinais de que as duas delegações regressam à capital zambiana com ideias claramente divergentes.

E um comunicado dos Estado-Maior das FAPLA, datado de segunda-feira e ontem tornado público, ilustra o clima pouco ameno em que as conversações são retomadas. Responsabilizando a UNITA pelos ataques ao complexo petrolífero de Malongo, a 1 de Janeiro, e ainda por acções em Malange e outros pontos do país, os militares acusam o movimento de Savimbi de má-fé e advertem "que as Forças Armadas Angolanas irão reagir desencadeando acções retaliatórias".

Antevendo as dificuldades que enfrentará em Lusaca, o governo enviou a Nova Iorque o ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, para pedir a Butros-Ghali que exerça a sua influência pessoal sobre Jonas Savimbi, convencendo-o a aceitar as contrapropostas de Luanda às exigências da UNITA.

Enquanto Luanda se vai agarrar a uma posição legalista, que lhe advém da sua vitória eleitoral das eleições de Setembro de 1992, a UNITA exige soluções de acordo com a influência político-militar que exerce em vastas regiões do país. Partindo desse pressuposto, Savimbi quer assegurar o controlo de grande parte das províncias e uma partilha rigorosa do poder central. A UNITA pede três de seis ministérios "estratégicos" (Defesa, Economia e Finanças, Relações Exteriores, Administração Territorial, Interior e Comunicação Social), cujo controlo o MPLA, já a pensar nas eleições de 1996, considera imprescindíveis para a sua sobrevivência política. Para Luanda, quanto muito, Savimbi poderia obter quatro ou cinco pastas, incluindo a da Cultura que lhe foi atribuída no governo de Marcelino Moco. E é pouco provável que lhes venha a ser cedido algum sector estratégico num futuro executivo que Savimbi gostaria que fosse de "transição, mas que Luanda quer de "unidade nacional.

Luanda resistirá até ao limite das suas forças à partilha do poder nos termos desejados pela UNITA, mesmo admitindo que a sua presença em sectores como as Forças Armadas ou o Ministério do Interior seja a única garantia dum equilíbrio de forças.

Dentro do MPLA existem correntes que se opõem tenazmente à "divisão do bolo", mas outras há que não acalentam ilusões a esse respeito: o "diktat" do novo amigo americano levará Luanda a engolir "sapos vivos" em obediência à necessidade de uma divisão de poder que Washington, secundado pelos principais aliados ocidentais, quer ver implantar-se a África do Sul, passando por Moçambique e Angola, como única garantia da estabilidade na região. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

Negociações angolanas em Lusaca

UNITA chega com atraso e sem os seus generais

PÚBLICO, 6.1.94

DEPOIS DE se ter feito esperar durante toda a tarde, criando alguma expectativa, a delegação da UNITA acabou por chegar a Lusaca ontem ao princípio da noite, para mais uma ronda de negociações com o Governo angolano, sob a mediação de Alioune Blondin Beye, representante especial do secretário-geral da ONU. Dado este atraso, o início das conversações, que estava previsto para as 16h de ontem, deve ter hoje lugar, em hora ainda a fixar, informou a enviada da Lusa à capital da Zâmbia.

A anterior ronda negocial entre o movimento de Savimbi e o governo angolano foi interrompida no Natal sem grandes progressos. Por isso, na agenda de trabalhos, continua praticamente tudo — a "reconciliação nacional", o mandato das Nações Unidas e o papel dos observadores, a conclusão do processo eleitoral (segunda volta das presidenciais), as formas duma eventual "partilha do poder", a organização das polícias e do exército, além da marcação da data dum cessar-fogo. Do êxito desta ronda, está dependente a realização de conversações entre as respectivas chefias militares para discutir as formas do fim das hostilidades.

Esta ronda é assim mais acentuadamente política, o que se reflecte na composição da delegação da UNITA, agora chefiada pelo secretário-geral Eugénio Manuvakola, coadjuvado por Jorge Valentim, responsável pela Informação. A delegação à ronda de Novembro/Dezembro foi chefiada pelo general António Dembo. Do lado governamental, a equipa negocial continua a ser chefiada por Faustino Muteka e inclui militares, os generais Higino Carneiro e Mário "Ito".

O representante da ONU aproveitou a tarde de ontem para um encontro exploratório com as delegações dos países observadores, Portugal, EUA e Rússia. Portugal está representado pelo embaixador em Luanda, João Rocha Páris, já em Lusaca, devendo a delegação ser completada nos próximos dias pelo representante do MNE, António Senfelt, e pelo adido militar em Luanda, Alfredo Assunção.

A única declaração do dia pertenceu ao embaixador angolano na Zâmbia, Sérgio Mavunza, que leu um curto comunicado aos jornalistas em que denunciou "a intensificação das acções militares da UNITA" na véspera das conversações, designadamente os ataques contra a exploração petrolífera de Malongo, em Cabinda, na cidade de Luena e na província de Malanje.

Americanos falham visita a Malanje

Os ataques em Malange foram aliás o acontecimento do dia em Angola, pois o avião que transportava os quatro membros da Câmara dos Representantes norte-americana, em visita ao país, foi impedido de aterrar naquela cidade. O embaixador americano Edmund DeJarnette, que acompanhava os congressistas, confirmou que o aeroporto de Malanje estava a ser alvo de tiros de morteiro.

A delegação americana, que chegou terça-feira a Luanda e seguiu ontem à noite para a África do Sul, é composta por Harry Johnston, vice-presidente da Comissão para África da Câmara dos Representantes, e pelos representantes Donald Paye, Cynthia McKinney e Floyd Flake. Além de encontros com o Presidente José Eduardo dos Santos e outros responsáveis governamentais, os congressistas conferenciaram com Alioune Beye e anunciaram que ainda esta semana se encontrarão em Lusaca com a delegação da UNITA. ■

Funerais na África do Sul

OS FUNERAIS das quatro vítimas do ataque a um bar na Cidade do Cabo, na última madrugada de 1993, realizaram-se ontem, numa atmosfera de dramatismo, tensão e insultos ao Exército Popular de Libertação da Azânia (APLA), ala armada do Congresso Pan-Africano (PAC) e suposto responsável pelos assassínios. Segundo o relato da Reuter, no funeral do português Joe Cerqueira, na capela de Bellville, a mulher, Kathy, entrou em histeria, enquanto a sogra, Virginia White, era levada para fora da igreja, a abanar a cabeça e a perguntar repetidamente porquê. Vários telefonemas reclamaram para o APLA a autoria do ataque, mas o PAC rejeita a sua validade, afirmando tratar-se de uma campanha para o desacreditar. ■

PÚBLICO, 5.1.94

Conversações angolanas de Lusaca recomeçaram ontem

Um jogo para longas semanas

PÚBLICO, 7 1 94

Jorge Heitor

Não irá ser porventura ainda este mês que os dois grandes partidos de Angola se reconciliam e acabam com uma guerra que vem de há mais de 20 anos. Aos 39 dias de negociações da primeira fase de Lusaca talvez se tenham agora de juntar, pelo menos, outros tantos.

O oficioso "Jornal de Angola" dizia ontem, em editorial, que a nova fase das conversações na capital zambiana vai ser ainda mais dura do que a anterior, que decorreu de 15 de Novembro a 24 de Dezembro; e vaticinava que haverá ainda mais desacordos. O que poderá ser um sinal muito claro de como os trabalhos se irão arrastar, com a perene desconfiança entre um e outro lado.

"O fim das negociações poderá demorar ainda algumas semanas", declarava o jornal do regime, no dia em que representantes do governo e da UNITA voltaram a sentar-se à mesa em Lusaca para tentar o que desde há mais de um ano não conseguem: restabelecer a paz que em 1991 fora combinada em Portugal e no último trimestre de 92 ferida de morte em Angola, após a realização das eleições legislativas e da primeira volta das presidenciais.

O facto de nos últimos tempos se terem continuado a verificar acções armadas entre uma e outra parte poderá ser um sério obstáculo ao êxito das negociações, advertia entretanto Alioune Blondin Beye, o maliano que neste processo representa o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali.

Numa declaração muito enérgica feita na sessão plenária de ontem, segundo fonte diplomática que a ela assistiu, Beye insistiu com o governo angolano e com a UNITA em que se devem abster terminantemente de prosseguir com as hostilidades.

O delegado da ONU recordou aos beligerantes que já no dia 10 do mês passado foram aprovados os princípios gerais e específicos do restabelecimento do cessar-fogo quebrado em finais de 92, pelo que poderá muito bem haver agora um cessar-fogo de facto, mesmo antes de o mesmo ser formalmente assinado.

Partilha do poder

Enquanto isto, num comunicado da respectiva Comissão Política, a UNITA desmentia ter atacado quarta-feira o aeroporto de Malanje, quando para lá se dirigia uma delegação chefiada pelo presidente da subcomissão parlamentar norte-americana de Assuntos Africanos, o democrata Harry Johnston.

O partido chefiado por Jonas Malheiro Savimbi pretende agora que a parte governamental faça concessões no campo político, no qual se deve centrar a nova fase das negociações, com reestruturação das forças da polícia, reforço da Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem), reconciliação nacional e organização da segunda volta das presidenciais.

A UNITA entende que já cedeu ao máximo no campo militar, de modo a possibilitar um cessar-fogo global, e que cabe agora a vez ao governo consentir numa partilha do poder, entregando-lhe uns quantos ministérios significativos, cargos de chefia a nível militar e policial, algumas representações diplomáticas e a administração das províncias onde tem maior base eleitoral.

Isso mesmo deverá dizer aos representantes norte-americanos que dentro de dias vai receber em Lusaca, os mesmos que não conseguiram visitar Malanje devido aos controversos tiros no aeroporto daquela cidade, desde há perto de um ano cercada pelos homens de Savimbi.

Quando a parte política estiver praticamente terminada na Zâmbia, os estados-maiores dos militares de um e outro lado deverão ir a São Tomé e Príncipe tratar de alguns pormenores do acantonamento, desarmamento e desmobilização das tropas que não ficarem integradas nas Forças Armadas Angolanas, quando estas voltarem a ser uma estrutura integrada e apartidária. Pelo menos, é isso o que está actualmente previsto. Mas no caso angolano tem havido sempre um grande fosso entre o que se espera e o que de facto se verifica, com uma nítida tendência para as situações de conflito se arrastarem "ad eternum". ■

Angolanos esperam asilo na Alemanha

UM GRUPO de 15 angolanos — que, pouco antes do Natal, recebeu ordem de expulsão da Alemanha — encontra-se, presentemente, escondido numa igreja de Berlim, sob a protecção de uma organização de cristãos protestantes, denominada «Asilo das Igrejas», que exige das autoridades alemãs a revogação da ordem. Para justificar a medida, tomada ao abrigo da actual lei dos refugiados, o Governo de Bona argumenta que Angola é agora um país seguro. Assim o «prova», no entender do Ministério federal dos Negócios Estrangeiros, o facto de os voos para o aeroporto de Luanda se realizarem regularmente e sem perigo.

Quando chegaram à Alemanha, em 1989, o grupo — sete homens, quatro mulheres e quatro crianças, originários do Huambo, Cuíto e Norte de Angola — pediram à então RDA o estatuto de refugiados políticos, o que lhes foi concedido, com carácter provisório, por três anos.

Só em Berlim estão pendentes 177 processos de angolanos que pediram asilo. Diversos grupos humanitários pedem que lhes seja concedido asilo, uma iniciativa que conta com o apoio dos Verdes, dos ex-comunistas da ex-RDA (actual PDS, Partido do Socialismo Democrático). Social-democratas e liberais indicaram entretanto que poderão também apoiá-la.

EXPRESSO, 8 11.93

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA — A UNITA e o Governo angolano são por igual responsáveis pela violação dos direitos humanos em Angola, pois que se a primeira mata [illegible] armas, o Governo faz o mesmo com a fome que afecta as regiões por si controladas, disse ontem à agência France Presse o secretário-geral da Associação Angolana dos Direitos do Homem, Lolo Agostinho. E criticou o primeiro-ministro Marcolino Moco por, no Natal, haver distribuído brinquedos às crianças das ruas de Luanda, em vez de tomar medidas de protecção às centenas de crianças "maltratadas pela polícia". Agostinho disse ser "aterradora" a situação dos direitos humanos em Angola e considerou que o regime está em vias de "ressuscitar a polícia política", tendo chamado "genocídio étnico" à chacina, no ano passado, em Luanda, de uns 2000 zairenses e naturais do Norte de Angola. Entretanto, em Lusaca, capital da Zâmbia, onde decorrem negociações para a paz angolana, a UNITA pediu uma participação substancial em todos os escalões da polícia, bem como a dissolução da unidade antimotim, a que chama "ninjas" e diz ter um carácter militar. Admite-se que as conversações ainda se arrastem pelo menos por um mês.

PÚBLICO, 8 1 94

COMBATES NO CUÍTO — Dez pessoas morreram ontem de madrugada em combates travados nos arredores do Cuíto, no centro de Angola, disse à Lusa fonte militar de Luanda, segundo a qual os mortos seriam civis. Entretanto, o vice-ministro das Relações Exteriores, George Chicoti, declarou-se céptico quanto à seriedade do partido de Jonas Savimbi nas actuais negociações de Lusaca. E em Luanda poucas pessoas parecem ter ainda alguma esperança de que a guerra possa acabar nas próximas seis ou sete semanas. Ainda ontem a agência oficiosa Angop dizia que a UNITA matara 170 civis no município de Calulo, província do Cuanza Sul, alegadamente sob a acusação de serem partidários do governo.

PÚBLICO, 9 1.94

Maus tratos no aeroporto de Lisboa

Embaixador de Angola "muito descontente"

PÚBLICO, 8 1 94

O EMBAIXADOR de Angola em Lisboa está "extremamente descontente" com os maus tratos que muitos angolanos têm sofrido quando chegam ao aeroporto da Portela, em Lisboa, por parte dos funcionários dos Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), e ontem prometeu entregar no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) uma nota de protesto, mas até às 19 horas o Palácio das Necessidades não acusava o recebimento da nota.

Em declarações ao PÚBLICO, o secretário de Estado português da Cooperação disse que a nota, "se vier, será naturalmente analisada", e lamentou a atitude do embaixador de Angola. "Lamento que o sr embaixador tenha proferido declarações aos meios de comunicação social sobre um eventual incidente que formalmente desconheço, sem ter previamente contactado o MNE", disse Briosa e Gala, particularmente descontente por se tratar de "um país amigo".

Falando à rádio "Luanda Antena Comercial", Rui Mingas disse que pensa ser "do interesse de Portugal manter uma relação fraterna com Angola, e se os polícias que estão no aeroporto e não respeitam as suas funções devem ser chamados à razão".

Em declarações a duas emissoras locais — primeiro a Rádio Nacional e depois à LAC — Rui Mingas não disfarçou agastamento contra o mau trato de que, no dia 4 de Janeiro, foram vítimas duas filhas suas e uma sobrinha. "Retiveram as minhas filhas cerca de duas horas. Fotocopiaram todos os documentos que traziam, fizeram perguntas, inquéritos, não obstante elas serem portadoras do passaporte diplomático, e terem uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros" acusou.

No entanto, como explicou ao PÚBLICO o adido de imprensa da embaixada de Angola, Francisco Simons, os diplomatas têm, para além do passaporte diplomático, um cartão diplomático. Ora, o cartão diplomático das filhas e da sobrinha do embaixador — documento que funciona como um visto permanente para entrar ou sair do país — estavam em revalidação. Mesmo assim, segundo a mesma fonte, Rui Mingas teve o cuidado de pedir ao MNE um documento que substituísse o cartão diplomático.

Assim, para o embaixador angolano, a suas filhas e sobrinha tinham "toda a documentação exigida pelas autoridades portuguesas". Mas, segundo o adido de imprensa, o SEF não atendeu a esse facto e deu-lhes um visto de curta duração.

O que sucedeu com os familiares de Rui Mingas não é um caso único. Com efeito, de acordo com a fonte "nos últimos tempos vêm-se registando com frequência incidentes no aeroporto de Lisboa, envolvendo funcionários do SEF e cidadãos angolanos, muitos deles com os respectivos vistos concedidos". Além disso, segundo Francisco Simons, "incidentes deste tipo até já ocorreram, por duas ou três vezes com o próprio embaixador".

O adido de imprensa, salientou ainda que pelas mãos do embaixador, na sua qualidade de decano de todos os países africanos com representação diplomática em Portugal, passam muitas queixas similares. É nesta qualidade que Rui Mingas deverá subscrever um segundo protesto, apoiado por todos os restantes diplomatas, contra a recente agressão em Lisboa ao primeiro secretário da missão diplomática de São Tomé.

Em Luanda, entretanto, uma fonte do Ministério das Relações Exteriores reagindo às acusações de Rui Mingas comentou que as boas relações entre Portugal e Angola devem ter correspondência no respeito recíproco entre os seus cidadãos. Em tom que transpareceu ironia, a fonte atribuiu a estes incidentes ao facto de que "em princípio deve haver falta de contacto" entre o gabinete de Durão Barroso e a polícia de fronteira no aeroporto de Lisboa.

No entanto, em declarações prestadas à agência Lusa, Daniel Sanches, director do SEF negou as acusações do embaixador, sublinhando não conhecer "nenhum caso de maus tratos", embora tivesse confirmado a recusa de entrada em Portugal de cidadãos angolanos e de muitos outros países "por não reunirem as condições exigidas pela lei".

Sobre os casos concretos apontados pelo embaixador, Daniel Sanches disse que dia 4 deste mês, às 20h50, aterrou em Lisboa, vindo de Luanda, um avião em que viajou a embaixatriz de Angola, que se apresentou no balcão do canal azul — destinado a personalidades — na companhia das suas filhas e uma sobrinha. Segundo a mesma fonte, somente a embaixatriz tinha toda a documentação em ordem. ■

Carlos Abreu com Aguiar dos Santos, em Luanda

Impasse em Lusaca

«NÃO compreendo que se façam progressos à mesa das negociações em Lusaca e que a guerra continue em Angola», considerou o representante do secretário-geral da ONU em Angola, o malianoAlioune Blondin, que inaugurou quarta-feira mais uma ronda de negociações entre o Governo angolano e a UNITA em Lusaca, que esteve em risco de ser adiada devido a trocas de acusações após os discursos de Ano Novo de José Eduardo dos Santos e de Savimbi e a vários incidentes mal esclarecidos.

Os mais graves foram o ataque a Malongo — onde estão situadas as instalações da petrolífera Chevron, que opera em Cabinda — e a chuva de morteiros e obuses sobre o aeroporto de Malange, quando se fazia à pista um avião que transportava quatro congressistas norte-americanos de visita a Angola. O Departamento de Estado e o Congresso norte-americanos consideraram a ocorrência **«muito grave»**.

O facto da UNITA estar agora representada em Lusaca por uma delegação chefiada por Eugénio Manuvakola e Jorge Valentim — que **«não se distinguiram como particularmente abertos e dialogantes em anteriores conversações»** — não permite prever progressos nos próximos dias.

Neste contexto, são prematuras as especulações sobre a formação de um Governo de reconciliação nacional e da atribuição à UNITA de ministérios, da governação de várias províncias e de três postos de embaixadores. **«Antes de partilhar o bolo é preciso resolver as questões que condicionam ainda a aceitação do cessar-fogo»**, disse ao EXPRESSO uma fonte diplomática.

EXPRESSO, 8.11 93

DEZENAS DE MORTOS NA ÁFRICA DO SUL — O ano de 1994 começou de forma sangrenta na África do Sul, com pelo menos 55 pessoas mortas em todo o país durante os primeiros três dias de Janeiro, segundo o balanço da polícia. 1993 passou à história como o ano mais violento de sempre, com pelo menos 4000 mortos só devido a incidentes políticos.

PÚBLICO, 4 1 94

Evasão de guerrilheiros

PÚBLICO, 6 1 94

MAIS DE 600 guerrilheiros da Renamo abandonaram dois postos de acantonamento na província de Sofala, no centro de Moçambique, aparentemente devido a escassez de alimentos e problemas logísticos, informou ontem a ONU e o "Notícias", de Maputo. A Comissão Conjunta de Cessar-Fogo soube da evasão dos guerrilheiros quando se reuniu, na capital moçambicana, na terça-feira, para tentar resolver os problemas que teriam motivado a fuga dos acantonados.

Os guerrilheiros, que partiram desarmados, fugiram dos postos de Chiramba, na margem sul do rio Zambeze, e de Magunde, no sul de Sofala. Os campos têm capacidade para 500 homens, mas albergam cada um 800, segundo a Agência Noticiosa Moçambicana.

Quando os combatentes entram nos postos devem entregar aos observadores da ONU as armas e munições, que depois são armazenadas e trancadas em contentores. Mais de 8000 soldados e 4000 guerrilheiros entraram nestes campos desde que começaram a funcionar em 30 de Novembro do ano passado.

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, queixou-se que os seus homens acantonados passam fome e que ficou sensibilizado quando os visitou em Chiramba em 28 de Dezembro, mas Gerald Buckley, da Operação das Nações Unidas em Moçambique, garantiu que os abastecimentos fornecidos pelo Programa Alimentar Mundial aumentaram entre 25 e 60 por cento, desde o passado dia 21.

Noutra declaração, Dhlakama acusou o general Domingos Fondo, do Exército moçambicano, de "fazer contrabando de armas" para a África do Sul, "com o conhecimento do Presidente Joaquim Chissano". Fondo, um comandante que se destacou na luta contra a Renamo e agora chefia uma unidade do Ministério da Defesa encarregada de proteger as instalações económicas, desmentiu.

Num comunicado ontem distribuído em Lisboa, a Renamo acusou por outro lado o Governo de Chissano de continuar a comprar "material militar sofisticado", apesar do cessar-fogo, e de estar a enviar "muito lentamente" as suas tropas para os lugares de acantonamento. "A situação é preocupante", conclui. ■

Fronteiras inseguras preocupam Maputo

PÚBLICO, 10.1.94

José Pinto de Sá, em Maputo

O Governo de Moçambique está a braços com incidentes nas fronteiras que o separam do Malawi e da Suazilândia, bem como com a acusação de que um dos seus generais faz tráfico de armas para a África do Sul.

Em pleno processo de desmantelamento das Forças Armadas, o Governo moçambicano está actualmente apreensivo quanto à segurança nas suas fronteiras, na sequência dos incidentes registados com malawianos e swazis.

A comissão mista de segurança Moçambique-Malawi reúne-se hoje em Blantyre, a pedido de Maputo, para examinar a situação criada pela entrada e permanência em Moçambique de um milhar de homens, alguns armados, vindos de território malawiano. Segundo as autoridades moçambicanas, o grupo penetrou em território moçambicano há um mês, pela região de Milange, na Zambézia, dirigindo-se para a vizinha província de Tete e instalando-se em bases da Renamo. O secretário-geral deste partido, Vicente Ululu, desmentiu no entanto qualquer ligação do seu movimento com os homens vindos do Malawi.

Para o Governo, trata-se de membros da organização juvenil do Partido do Congresso do Malawi, os Young Pioneers, principal suporte armado da ditadura de Hastings Kamuzu Banda, que agoniza ao mesmo tempo que o seu líder. Enquanto o Presidente Banda vive os últimos meses, o país está a ser gerido por um conselho governamental encarregado de assegurar a transição para a democracia.

A 6 de Dezembro foi criado um comité para o desarmamento dos Young Pioneers, na sequência de incidentes que causaram a morte de três soldados. Para as autoridades moçambicanas, a fuga à entrega das armas poderia ser um dos motivos que levaram os milicianos a passar para o lado de cá da fronteira. Contudo, o boletim noticioso "mediaFAX", citando fontes oficiais de Maputo, anunciou que o grupo integra pelo menos alguns moçambicanos.

As autoridades moçambicanas convocaram de imediato a comissão mista de segurança, declarando-se muito preocupadas com o assunto. O ministro Teodato Hunguana, um dos principais negociadores do processo de paz, interrogou-se sobre se a passagem de tais homens para o lado de cá da fronteira foi na verdade uma procura de refúgio "ou se se trata de uma operação mais complexa, que pode degenerar na desestabilização do território moçambicano", considerando que os Young Pioneers "estão articulados e estiveram articulados no passado com a Renamo".

Face à situação, o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Moçambique, o italiano Aldo Ajello, ofereceu os bons ofícios da operação da ONU neste país (Onumoz) para procurar soluções, mas o Governo recusou, sublinhando ser a si que compete manter a segurança fronteiriça.

Contrabando de armas

Por outro lado, a deterioração da boa vizinhança de Moçambique com a Suazilândia também preocupa as autoridades de Maputo, no início deste ano em que em princípio se irão efectuar as primeiras eleições presidenciais e legislativas verdadeiramente livres. A comissão mista de segurança suazi-moçambicana iniciou no dia 29 em Mbabane, capital do reino vizinho, a análise da situação na fronteira comum, na sequência de incidentes armados. Em meados do mês passado, dois soldados moçambicanos foram mortos por tropas suazis, quando alegadamente faziam contrabando.

Nos dias que se seguiram, a pequena Suazilândia colocou as suas tropas em estado de alerta e aumentou os efectivos destacados na região que faz fronteira com a vila moçambicana da Namaacha, declarando contudo que se tratava apenas de uma "operação de rotina".

As autoridades do país vizinho têm-se queixado de frequentes violações de fronteira por parte de moçambicanos, incluindo militares, que roubam gado aos pastores suazis ou traficam armas e drogas para a República da África do Sul, via Suazilândia.

A questão do contrabando de armas saltou para as primeiras páginas dos jornais há uma semana, quando o líder da Renamo, Afonso Macacho Dhlakama, acusou o general Domingos Fondo, do Exército governamental, de estar envolvido no tráfego ilegal de armas para a África do Sul, com conhecimento do Presidente da República, Joaquim Chissano.

O general Fondo refutou estas acusações dois dias depois, desafiando Dhlakama a apresentar provas. Quanto ao procurador-geral da República, Eduardo Mulembwé, declarou aguardar que o líder da Resistência Nacional "dê melhores pistas", para permitir à sua instituição "averiguar a veracidade do envolvimento do major-general Fondo" no contrabando de armas. ■

Começou a integração dos exércitos

PÚBLICO, 6 1 94

A ÁFRICA do Sul iniciou ontem a integração oficial num exército único dos guerrilheiros e dos militares que durante mais de 30 anos se combateram mutuamente, no que foi considerado por um responsável governamental "um dia histórico".

A integração da Força de Defesa Sul-Africana, do Umkhonto we Sizwe ou MK (braço armado do Congresso Nacional Africano/ANC) e dos exércitos de dois bantustões começou com a criação do Conselho Conjunto Militar de Coordenação e do Conselho de Comando da Força Nacional de Manutenção da Paz.

"Estes dois organismos foram criados para começar a trabalhar imediatamente", salientou o vice-ministro da Defesa, Willie Breytenbach, numa conferência de imprensa. "A decisão de formar e modelar um novo Exército foi tomada conjuntamente", disse Joe Modise, comandante do MK, salientando que a porta continua aberta a outros grupos armados que recusam abandonar a luta.

Embora os pormenores ainda tenham de ser acertados, responsáveis disseram à Reuter que o futuro Exército unificado deverá totalizar dez mil homens. Será independente da Polícia, considerada por muitos negros como representante do "apartheid", e vai cooperar com observadores internacionais, em especial em áreas de instabilidade e em situações potencialmente violentas.

Os treinos deverão começar no dia 24 deste mês, devendo o Exército entrar em acção no final de Março próximo, um mês antes das eleições multirraciais, marcadas para 27 de Abril.

Entre as primeiras tarefas dos conselhos ontem criados está o registo de todos os homens e equipamento sob o comando das forças do Governo, dos bantustões e do ANC.

Pretória acusa Transkei

Entretanto, o ministro sul-africano da Polícia, Hernus Kriel, acusou ontem o Transkei, um bantustão cujo líder, general Bantu Holomisa, é um opositor de Pretória, de envolvimento num recente ataque contra um bar, na Cidade do Cabo, que matou quatro pessoas.

Os investigadores estabeleceram "uma ligação directa" entre o Transkei e os autores do atentado, um comando de cinco negros, disse o ministro. Observou ainda que anteriores ataques "poderiam também ter sido perpetrados" a partir do Transkei. Testes balísticos, insistiu Kriel, comprovam que as armas usadas no bar do Cabo foram idênticas às utilizadas, em 25 de Julho, por um outro comando negro, que metralhou uma igreja na mesma localidade, causando 11 mortos.

O atentado no bar, no qual morreram um branco, de nacionalidade portuguesa, e três mestiços, foi reivindicado pelo Exército de Libertação Popular Azaniano (APLA), grupo armado clandestino que tem quartel-general na Tanzânia e que, segundo a Polícia sul-africana, utiliza o Transkei como base para lançar ataques.

O APLA é considerado o braço armado do Congresso Pan-Africano (PAC), um movimento de extrema-esquerda que se recusa a suspender a luta armada, apesar das conversações iniciadas em Novembro com o Governo de Pretória. ■

CNA apoia produtores de vinho verde

PÚBLICO, 9 1 94

A CONFEDERAÇÃO Nacional da Agricultura (CNA) tomou posição na defesa das reivindicações dos produtores de vinho verde que, por imposição dos novos estatutos da região demarcada, não reúnem condições para que os seus lotes possam ser classificados com esta denominação de origem. A CNA considera que a imposição de graduações mínimas para a classificação dos vinhos verdes — que consta no estatuto da denominação de origem em vigor na região demarcada —, é "inadequada" e revela "objectivos inconfessáveis que, para além do mais, não têm em conta uma campanha de fraca produção".

Para corroborar esta posição, a confederação lembra que a Comunidade Europeia "autoriza a fabricação e comercialização de grandes contingentes de vinho com graduações naturais de apenas quatro e cinco graus em França, Alemanha, Luxemburgo e mesmo Itália". Depois, ao permitir o enriquecimento de vinhos com baixas graduações mediante utilização de mosto concentrado "apenas aos grandes produtores particulares, que produzem pelo menos 70 pipas", o Governo e a Comissão Vitivinícola regional estão, segundo a CNA, a entregar a "Denominação de Origem Controlada-Vinho Verde" apenas "aos produtores engarrafadores".

Perante a situação actual, a CNA dispõe-se a "encarar com os viticultores e o movimento cooperativo da região todas as formas de acção tendo em vista resolver estes e outros problemas" que alega existirem na região do vinho verde. ■

Julgamento em Bissau

O JULGAMENTO do "caso 17 de Março", em que são arguidos o dirigente oposicionista João da Costa e mais 16 pessoas, começou ontem de manhã no Tribunal Militar Superior de Bissau, e foi adiado para amanhã, depois de o promotor de Justiça ter lido o libelo acusatório e a defesa ter pedido mais tempo para estudar o processo. Segundo o correspondente da Lusa em Bissau, o colectivo dos juízes já tem em seu poder um requerimento da defesa em que é contestada a competência do tribunal militar para julgar este caso que, pelo novo texto constitucional, em vigor desde Fevereiro de 1993, deveria ser do foro dos tribunais civis (ver PÚBLICO de ontem). Se o requerimento for aceite pelo tribunal, o julgamento será suspenso até uma decisão final do Supremo Tribunal de Justiça. João da Costa, líder do Partido da Renovação e Desenvolvimento e virtual candidato à Presidência da República, e os outros 16 réus são acusados de terem organizado uma tentativa de golpe de Estado em Março do ano passado. ■

PÚBLICO, 5 1 94

Regresso ao passado

PÚBLICO, 7 1 94

O IRÃO decidiu reatar os laços diplomáticos com a África do Sul, 15 anos depois de o Ayatollah Khomeini ter ordenado o corte das relações políticas e económicas com Pretória.

O Governo iraniano encarregou, na quarta-feira à noite, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de "preparar o levantamento das sanções económicas" contra a África do Sul e de "reatar as relações diplomáticas" bilaterais. "A resolução do problema desumano que era a discriminação racial na África do Sul, após vários anos de luta dos negros, tornou possível o reatamento dos laços entre os dois países", refere um comunicado oficial.

Durante o regime do Xá Reza Pahlavi, até à Revolução Islâmica, em 1979, o Irão era um dos principais fornecedores de petróleo da África do Sul, tendo aqui investido na construção de uma refinaria. O corte de relações foi uma ordem pessoal de Khomeini, que depois ajudou a financiar organizações anti-apartheid.

Em 1991, confrontado com uma crise económica e relações tensas com o Ocidente, o Irão começou a admitir a possibilidade de uma reaproximação à África do Sul, descrita pelo jornal oficial "Tehran Times" como "a nação mais industrializada de África". A visita de Nelson Mandela, em 1992, acelerou o processo e, hoje, Teerão vê Pretória como um potencial parceiro político e económico. ■

Mandela tenta convencer Inkatha

PÚBLICO, 9 1 94

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, declarou ontem que as primeiras eleições abertas a todos os cidadãos da África do Sul vão mesmo ser no dia 27 de Abril deste ano, apesar de o Partido Inkatha e os brancos mais conservadores estarem recalcitrantes em participar.

Ao celebrar os 82 anos do ANC, Mandela disse que 1994 será "o ano da libertação de todos os sul-africanos" e que continuará a tentar persuadir os brancos mais conservadores e o partido de raiz zulu Inkatha a participarem nas eleições e na "construção do país", em vez de o empurrarem para a guerra civil.

O homem que deverá ser o primeiro Presidente negro da República da África do Sul afirmou que o seu movimento está disposto a ter em conta as inquietações e os receios da comunidade afrikaner, mas que não aceita um Estado afrikaner separado.

Isso, observou, seria criar uma reserva só para brancos, enquanto o ANC sempre lutou contra a criação de uma série de territórios para os diferentes grupos étnicos.

Por outro lado, Mandela declarou que o próximo governo terá de erradicar a "cultura da violência", seja ela de delito comum ou de carácter político. E reconheceu que certas "unidades de auto-defesa" criadas em 1991 pelo seu grupo estiveram na origem de incidentes sangrentos nos subúrbios negros de Joanesburgo.

Chantagem

Nelson Mandela falou algumas horas depois de o Partido Nacional, no poder, haver acusado o Inkatha de recorrer à chantagem ao dizer que boicotará as eleições se não forem respeitadas as suas exigências quanto a uma vasta autonomia regional.

Tanto o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, como os seus amigos brancos que com ele formaram a Aliança da Liberdade criticam a Constituição que o Partido Nacional, o ANC, o Partido Democrático e mais alguns grupos prepararam para vigorar durante cinco anos, a partir de agora.

Na sexta-feira a direcção do Inkatha disse que o partido não participaria nas eleições de Abril, mas ontem voltou a fazer a anterior afirmação de que a última palavra só será dada depois de uma conferência geral a realizar no fim deste mês.

Enquanto isto, Mandela aceitou um desafio do Presidente Frederik de Klerk para um debate em directo na televisão, antes das eleições, mas notou que ainda não há nenhuma data combinada.

As sondagens indicam que o ANC será maioritário na nova Assembleia Nacional, com os votos de mais de 55 por cento dos cidadãos, enquanto o partido actualmente no poder poderá conseguir de 13 a 20 por cento dos lugares, ficando os restantes divididos pelo Partido Democrático (liberal), Partido Comunista, Congresso Pan-Africano (PAC) e Aliança da Liberdade, se esta acabar por se decidir a concorrer. ■

INKATHA BOICOTA AS ELEIÇÕES DE ABRIL — O Partido da Liberdade Inkatha, que congrega uma parte dos zulus da África do Sul, anunciou ontem à noite que não participa nas primeiras eleições livres do país, em 27 de Abril deste ano. "Tendo examinado a Constituição da República da África do Sul, de 1993, a Comissão Central decide que o Inkatha não vai participar nas eleições nem entrar no Parlamento ou nas legislaturas provinciais ao abrigo de tal Constituição", diz um comunicado recebido pela imprensa. Com base nas eleições de Abril, serão formados uma Assembleia Nacional, um Senado e um Governo de Unidade Nacional, admitindo-se que em todos eles possa ter maioria o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela. Além de que haverá órgãos legislativos próprios em cada uma das nove províncias em que o país fica dividido. O Inkatha juntou-se ao Partido Conservador e a outras formações brancas numa Aliança da Liberdade, que rejeita a Constituição essencialmente elaborada à base de um compromisso entre o ANC e o Partido Nacional, actualmente no poder (desde 1948).

PÚBLICO, 8 1 94

ZIMBABWE QUER ABRIR CONSULADO — O Governo do Zimbabwe está a preparar a abertura de um consulado em Lisboa. A notícia foi avançada ontem, por ocasião da visita a Lisboa do chefe da diplomacia de Harare, Nathan Shamuyarira. A abertura da primeira representação diplomática do Zimbabwe em Portugal terá o apoio financeiro de um empresário nacional com interesses naquele país africano.

PÚBLICO, 8 1 94

O alvo era o secretário-geral do ANC

Jornalista morto na África do Sul

PÚBLICO, 10 1 94

UM JORNALISTA foi ontem à tarde morto e dois ficaram feridos no bairro negro de Katlehong, nos subúrbios de Joanesburgo, quando atiradores não identificados abriram fogo sobre uma delegação de visitantes que incluía o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, e o líder histórico dos comunistas sul-africanos, Joe Slovo.

Abdul Shariff, de 31 anos, repórter fotográfico "freelance" que costumava trabalhar para a Associated Press, foi atingido mortalmente no peito e dois profissionais da estação oficial sul-africana de rádio e televisão SABC, Charles Moikanyane e Antha Warner, ficaram feridos, ao serem alvejados a partir de dois albergues ocupados por trabalhadores zulus.

Os guarda-costas de Ramaphosa e de Slovo empurraram-nos para o chão quando as armas automáticas começaram a disparar, logo no início de uma visita que fora organizada pelo ANC e que visava apoiar os esforços para pacificação da zona.

Entre os jornalistas que acompanhavam a visita estava o delegado da agência Lusa na África do Sul, António Mateus, segundo o qual elementos da segurança do ANC chegaram a ripostar ao fogo que partia dos albergues de Mazibuko e Kwesini.

Mais tarde, a polícia afirmou ter abatido a tiro um homem e ferido outro, aparentemente envolvidos na emboscada armada à delegação do Congresso Nacional Africano, cujos militantes são normalmente hostilizados pelos zulus que simpatizam com o Partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi. Mas o porta-voz do ANC, Carl Niehaus, queixou-se de as autoridades não terem dado a devida protecção ao grupo. ■

Guiné-Bissau céptica quanto à data das eleições

A dupla luta pela sobrevivência

PÚBLICO, 4 1 94

António Soares Lopes, em Bissau

O PAIGC, que há 20 anos proclamou a independência guineense, está agora a lutar pela sua sobrevivência no poder, enquanto o povo luta em especial pela sua sobrevivência física, face ao constante aumento do custo de vida. As primeiras eleições pluralistas talvez sejam no primeiro semestre de 94, mas não há certezas.

A Guiné-Bissau teima em ser um caso singular no processo da democratização. A menos de três meses da data prevista para as primeiras eleições multipartidárias, poucas são as pessoas que acreditam na sua realização na data prevista — 27 de Março.

O processo decorre com muita lentidão, desencontros e alguns sobressaltos, como que a crer testar os nervos do cidadão comum, mais preocupado com a sua sobrevivência diária, constantemente ameaçada pelo aumento do custo de vida.

O recenseamento eleitoral ainda não foi feito, aspecto que tem vindo a preocupar a oposição, que já deixou bem claro não estar disposta a participar nas eleições caso a sua preparação enferme de falta de transparência e de respeito às leis.

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) queixa-se de falta de meios e atraso no desbloqueamento das verbas prometidas pela comunidade internacional. Dispondo de uma sede em Bissau, a CNE pretende instalar representações nas restantes regiões do país, "para assim dominar todo o panorama e evitar casos dúbios que possam descreditar o acto eleitoral", disse ao PÚBLICO um membro daquele órgão. Entretanto, o porta-voz da CNE foi à televisão denunciar "pessoas não autorizadas" que têm vindo a levar a cabo recenseamento em certas regiões do país.

Embora toda a gente saiba que os trabalhos estão atrasados em cerca de três meses, o regime continua a dizer que as eleições vão ser realizadas na data prevista, mesmo reconhecendo que o orçamento de cinco milhões e meio de dólares ainda não foi totalmente coberto. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entidade que gere os fundos concedidos pela comunidade internacional, garante que só libertará o dinheiro quando lhe for apresentado um plano de actividades a desenvolver e os respectivos custos. Tudo isto faz crer que, havendo eleições, elas só terão lugar em Maio-Junho ou depois da época das chuvas; ou seja, em Novembro.

Oposição dividida

Outro pormenor que continua a marcar a vida política guineense é a falta de entendimento que atinge e divide as forças da oposição. Para além do PAIGC, estão legalizados 11 partidos, como sua alternativa. Nas vésperas do Natal foi anunciada uma coligação de três partidos denominada Força do Povo, constituída pela Frente Democrática Social, do decano da política guineense Rafael Barbosa, o Movimento Unido Democrático (Mude), chefiado por Filinto Vaz Martins, e o Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD), liderado por João da Costa, e constituído pela antiga ala renovadora do PAIGC, que abandonou este partido após a realização do seu último congresso. De registar que os três políticos foram dirigentes do PAIGC: Barbosa seu primeiro presidente, Martins e João da Costa membros do governo do antigo Presidente Luís Cabral.

Existe outra coligação, a UNIDO, integrando quatro outras forças da oposição, o Partido da Convergência Democrática, a FLING, o Partido da Democracia e Progresso e o Partido da Renovação Social, cujo líder, Kumba Yalá, já manifestou interesse em se candidatar às eleições presidenciais. Fora das alianças ficam quatro partidos, a Frente Democrática, o Movimento Bafatá, a Liga Guineense de Protecção Ecológica e o Partido Unido Social Democrata, do antigo primeiro-ministro Vitor Saúde Maria, também eventual candidato às presidenciais.

Julgamento de João da Costa

Mas no mosaico político só o julgamento do "caso 17 de Março" prende a atenção dos cidadãos e cria uma certa celeuma. Entre os implicados na alegada tentativa de golpe de Estado figura João da Costa, líder do PRD e candidato anunciado às eleições presidenciais. Nos meios políticos em Bissau, a ideia de que João da Costa nada tem a ver com o chamado caso 17 de Março ganha cada vez mais consistência, embora paradoxalmente se acredite que venha a ser condenado. O seu advogado, Carlos Pinto Pereira, veio a público rejeitar a realização do julgamento por um tribunal militar, evocando a revisão constitucional efectuada no ano passado, que coloca os crimes da natureza de que são acusados os arguidos neste processo no âmbito das competências da vara cível.

A Amnistia Internacional fez deslocar a Bissau um advogado português, João Araújo, para acompanhar o julgamento como observador. A forma como este processo tem sido conduzido pelas autoridades militares e pela segurança do Estado provocou fortes controvérsias, ao ponto de o tribunal militar se ter recusado a acatar uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, que pretendia passar o caso para a alçada do tribunal cível.

Continua na pág. 10

TAP: asas cortadas na Guiné-Bissau

EXPRESSO, 8.11.93

A TAP-Air Portugal parece ter perdido definitivamente a corrida na Guiné-Bissau. Apesar da vitória alcançada num concurso internacional, a empresa portuguesa terá sido preterida em favor da Air Afrique, devido a um golpe de mágica do «lobby» guineense favorável a uma aproximação com a França. É um sério revés para os interesses de Portugal.

Grande expectativa rodeia a chegada, amanhã, a Bissau, de um Airbus 310 da Air Afrique — a companhia de transportes aéreos que tem o monopólio de quase toda a África francófona. Trata-se de um voo VIP, proveniente de Dacar, com cerca de meia centena de passageiros, que permanecerão em Bissau durante meia dúzia de horas. Na capital da ex-colónia portuguesa é dado como certo que no voo especial viaje o Estado-Maior da Air Afrique, liderado pelo seu presidente, o francês Rolland Villecart, bem como os ministros dos Transportes dos 11 países africanos ligados àquele consórcio. Admite-se, inclusivamente, que a deslocação de tal corte não seja alheia à iminente adesão de Bissau ao tratado de Yaoundé, que permitirá a associação do Estado guineense à Air Afrique.

Curiosamente, a Air Afrique foi uma das entidades convidadas pelo Governo de Bissau para participar no concurso internacional para a privatização dos TAGB — Transportes Aéreos da Guiné-Bissau. O objectivo era a criação de uma empresa mista, de parceria com o Estado guineense, para a exploração do tráfego aéreo no país. O concurso, patrocinado pelo Banco Mundial, foi lançado em Fevereiro de 1990, mas a Air Afrique declinou o convite, alegando a escassa dimensão do mercado em causa.

Novo ministro reabre o processo

Em Julho de 92, o ministro dos Transportes e Comunicações, Avito José da Silva, declarou oficialmente a TAP vencedora do concurso internacional. Começaram, então, as negociações bilaterais sobre o caderno de encargos. Quatro meses depois, uma mudança no Governo de Bissau levou a que a pasta dos Transportes e Comunicações fosse entregue a Luís de Oliveira Sanca, adepto de uma relação privilegiada com a França e de uma adesão da Guiné ao padrão monetário da África francófona — o franco CFA.

O novo ministro reabriu todo o processo e entabulou conversações directas com a Air Afrique. Estupefacta, a TAP, directamente e através dos canais diplomáticos, tentou fazer valer os seus direitos junto do Governo presidido por Carlos Correia e do Banco Mundial. Sem sucesso. Em Novembro último, Sanca veio a Lisboa, mas a TAP não conseguiu persuadir o ministro guineense dos Transportes, convertido definitivamente às vantagens oferecidas pela Air Afrique.

Caso viesse a liderar a empresa mista, a TAP seria obrigada a fazer um investimento da ordem dos 3,5 milhões de dólares. Com uma eventual entrada na Air Afrique, o Governo de Bissau terá que pagar uma quota superior a nove milhões de dólares. A hipótese de a França subvencionar Bissau para esse efeito parece estar comprometida, depois que os conservadores destronaram os socialistas no Executivo de Paris. São essas, pelo menos, as indicações que foram dadas ao Palácio das Necessidades.

O controlo do tráfego aéreo da Guiné pela Air Afrique não impedirá, contudo, a TAP de operar para aquele país — uma linha que tem sido rentável, mas onde poderá vir a ter um poderoso concorrente.

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

Reunião em separado antes do seminário de embaixadores

África, um caso à parte

PÚBLICO, 6 1 94

O SEMINÁRIO de embaixadores e altos funcionários do MNE ontem encerrado por Durão Barroso foi precedido por um discreto "mini-seminário" que teve por principais protagonistas os chefes das representações diplomáticas portuguesas nos cinco PALOP, na República da África do Sul e no Zimbabwe.

Aos sete embaixadores "africanos" reunidos na última segunda-feira por Briosa e Gala no seu gabinete, juntaram-se ainda o presidente do ICEP e os secretários de Estado da Indústria, do Comércio, da Agricultura, dos Transportes e da Habitação e Telecomunicações.

A iniciativa partiu do secretário de Estado da Cooperação, que assim aproveitou a presença em Portugal dos sete embaixadores para recolher pessoalmente o testemunho da situação que se vive nos países onde estão destacados.

Coube aos embaixadores fazer as intervenções iniciais. Para além de oferecer uma perspectiva política global sobre o país em questão, cada um dos diplomatas manifestou a sua posição sobre as áreas preferenciais em que deverá incidir o investimento político e económico de Portugal em cada um dos casos.

Briosa e Gala, que, nos dias seguintes viria a participar no seminário "alargado" com intervenções sobre a incidência da reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros na área da cooperação e sobre a diplomacia portuguesa na África Austral, destacou a necessidade de uma coordenação política particularmente cuidadosa na actividade desenvolvida pelas embaixadas na região.

Finalmente, cada um dos demais membros do Governo esclareceu os diplomatas sobre as perspectivas dos respectivos departamentos sectoriais no que diz respeito ao investimento estratégico nos países "representados" pelos sete embaixadores.

A escolha dos representantes da África do Sul e do Zimbabwe para se associarem à reunião com os embaixadores dos PALOP não é gratuita. Menos óbvia do que a presença do embaixador em Pretória, a participação do representante em Harare enquadra-se na tendência de importância crescente que a diplomacia portuguesa tem vindo a dar àquele país. O próprio ministro Durão Barroso, no balanço e perspectivas da actividade do MNE com que abriu o seminário de embaixadores, destacou a "relevância das relações com o Zimbabwe", cujo ministro dos Negócios Estrangeiros é esperado em Lisboa ainda esta semana. É também com o Zimbabwe que os diplomatas portugueses inauguram, até ao fim deste mês, as reuniões de comissões mistas com países africanos previstas para 1994. ■ J.T.M.

Continuação da pág. 9

A dupla luta pela sobrevivência

João da Costa é acusado de ter instigado a tentativa de golpe de Estado que alegadamente esteve na origem da morte de um major e como tal pode ser sentenciado de 12 a 16 anos de prisão. O assassino confesso do crime, alferes Amadu Mané, acusa Costa de o ter aliciado, mas como provas só apresentou as suas próprias palavras, numa história que é totalmente repudiada e desmontada pelo visado. Preso duas vezes no âmbito deste caso, num total de dois meses, o líder do PRD detém o recorde das prisões durante a vigência do actual regime. Em 1980, logo a seguir ao golpe de Estado de "Nino" Vieira, foi preso durante 27 dias sob suspeita de simpatia pelo regime derrubado. Dois anos mais tarde, foi colocado de novo atrás das grades durante 17 meses por alegado envolvimento numa tentativa golpista. Das duas vezes não chegou a haver julgamento.

Ontem João da Costa afirmou ao PÚBLICO, em Bissau, que o seu julgamento é eminentemente político, tendo por fim afastá-lo das eleições presidenciais, de modo a facilitar a reeleição de "Nino". ■

DURÃO BARROSO:

PÚBLICO, 9 1.94

A paz em Angola e a África do Sul

NOTA DA EDITORIA: O excerto que se segue faz parte de uma longa entrevista do ministro Durão Barroso abordando outros temas de interesse do leitor português. NOTÍCIAS AFRICANAS recortou do jornal português apenas a parte da matéria que trata de tema de interesse de seus leitores.

P. — Recomeçaram as negociações de Lusaca entre a UNITA e o Governo do MPLA. Quais as suas perspectivas e quais os esforços que vai desenvolver para não haver nova frustração?

R. — Começa a tornar-se claro, para alguns analistas, que não haverá uma solução para o problema de Angola antes de se encontrar uma solução para o problema da África do Sul. Continuo pouco optimista quanto a um desenlace rápido do problema.

P. — Pode particularizar mais claramente essa tese da dependência do processo de paz angolano face à situação na África do Sul?

R. — Como sabe, há analistas que sustentaram isso.

P. — Pelos vistos, está de acordo com eles.

R. — Não tenho, francamente, uma posição definitiva sobre essa matéria.

P. — Mencioná-la é, contudo, uma novidade em si.

R. — Em termos públicos, é. Mas sempre houve o factor sul-africano do processo angolano. Embora nós acreditemos inteiramente na boa fé do Presidente De Klerk, a verdade é que elementos radicais de direita branca sempre viram a desestabilização regional como uma forma de assegurar alguma influência sobre o próprio processo na África do Sul e até, eventualmente, como uma reserva para actividades futuras.

P. — O que está a dizer é que essa desejada desestabilização é conseguida em Angola através da UNITA.

R. — Que houve obviamente ligações, elas são inegáveis...

P. — Mas está a estabelecer uma relação de causa e efeito entre essa minoria branca radical e a UNITA.

R. — Não. O que eu disse é que muitos analistas estabeleceram esta dependência dos dois processos. E expressamente vos disse que ainda não tenho todos os elementos que me permitam julgar. Hoje, a UNITA não tem apoio de nenhum país, oficialmente.

P. — Tem informações sobre esse apoio de sectores sul-africanos à UNITA ou é apenas uma suposição?

R. — Se tivesse provas sobre a actualidade desse apoio, não hesitaria em exibi-las.

P. — Como é que se sente e que reflexões é que faz uma pessoa que teve um papel determinante nas negociações de paz em Angola e na conclusão dos acordos de Bicesse, quando vê na televisão as imagens de horror e de morte, de fome e de miséria que nos chegam todos os dias?

R. — Sinto-me muito triste, naturalmente, visto que tive um envolvimento pessoal muito grande e conheço muitos dos intervenientes, quer de um lado quer do outro, alguns dos quais até já morreram. Mas digo-lhe uma coisa: estou absolutamente convencido de que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance. Promovemos um acordo que foi o que as partes quiseram e livremente assinaram. Chamámos para o acordo as grandes potências, envolvemos as Nações Unidas, demos um contributo financeiro e de recursos humanos importantíssimo, através do esforço para a formação das Forças Armadas angolanas. Penso que Portugal não tem nada de que se envergonhar, fez tudo o que estava ao seu alcance e actuámos de boa fé.

P. — Não acha, portanto, que, sob o ponto de vista político, tivemos ambição demais para os meios de que dispúnhamos e para as condições em que o acordo foi aplicado? Um exemplo: aceitámos patrocinar um acordo de paz em que a presença dos "capacetes azuis" da ONU não estava prevista — ao contrário do que aconteceu nas eleições da Namíbia, nomeadamente, e vai acontecer em Moçambique.

R. — Penso que não tivemos ambições demasiadas. Talvez um dia possa desenvolver alguns aspectos que, por enquanto, convém manter em confidencialidade. Mas houve muitas propostas que não se concretizaram porque as partes recusaram. A nossa alternativa era: ou ter este acordo ou não ter acordo nenhum. Lembro-me que, na altura, os que mais reclamavam pelo acordo eram os que hoje mais criticam alguns dos seus termos. Por reconhecermos que Portugal não tinha, por si só, todos os meios é que, a partir de determinada altura, solicitámos aos EUA e à então União Soviética que se juntassem a nós.

P. — Acha, portanto, que não houve da vossa parte alguma ingenuidade ou precipitação sobre a avaliação das condições para resolver uma guerra civil que tinha durado mais de quinze anos?

R. — Se houve ingenuidade nossa, então teremos de dizer que houve ingenuidade das Nações Unidas, dos norte-americanos, dos soviéticos, do Governo de Luanda e da UNITA.

P. — Trata-se da sua responsabilidade política, não a de outros.

R. — É por isso que estou a responder com veemência, porque tenho posto essa questão a mim próprio. Quando julgamos uma decisão política, temos de julgá-la no momento em que foi tomada e de acordo com a informação disponível na altura. Se agora me perguntar se voltava a fazer tudo exactamente da mesma maneira, eu respondo: com certeza que não.

P. — Porque é que um país como os EUA — igualmente mediador — é capaz de fazer uma intervenção militar na Somália, onde nem sequer há acordo entre as partes para essa intervenção, e, em Angola, essa hipótese nem sequer se pôs?

R. — O melhor é perguntar aos norte-americanos. De qualquer modo, como pista a explorar, o que posso dizer-lhe é que talvez os norte-americanos pensassem e pensem que o problema angolano era ainda mais difícil que o da Somália. E eu penso que é. Não deixa de ser revelador que mesmo um problema que muitos analistas consideraram como relativamente fácil — o da Somália — desse o resultado que deu. O que vem confirmar a ideia, que tenho procurado defender, dos limites do intervencionismo, mesmo que humanitário. Penso que os americanos estavam convencidos de que isso não resolvia o problema [angolano].

P. — Então, pelos vistos, Angola estava condenada à partida. Porque é que não se empenharam mais na participação dos capacetes azuis?

R. — Posso dizer-lhe que não foram os norte-americanos que não quiseram a intervenção dos capacetes azuis. As partes é que não quiseram, na altura. Não queira saber a dificuldade que foi (sem entrar muito no detalhe, porque ainda é cedo) aceitar-se o próprio princípio da presença das Nações Unidas no processo angolano das negociações de paz. Mas acrescento que, mesmo com capacetes azuis, o fundamental seria sempre a boa fé das partes.

P. — Fátima Roque faz-lhe acusações duríssimas, que o PÚBLICO reproduziu, num livro recentemente editado em Lisboa, sobretudo em torno do seu comportamento por ocasião dos massacres de Luanda, a 31 de Outubro...

R. — Em primeiro lugar, quero dizer que, se Fátima Roque ainda hoje está viva, deve-o em parte a mim próprio, para além do embaixador António Monteiro, no terreno, e do próprio primeiro-ministro, que fez uma intervenção excepcional junto do Presidente da República de Angola...

P. — Não acha que só fez a sua obrigação?

R. — Só queria que ficasse claro, porque é importante para analisar o comportamento das pessoas. Aliás, o marido de Fátima Roque veio agradecer-me pessoalmente e a própria parece que fez o mesmo perante o primeiro-ministro. Se não fosse a protecção que nós demos e os esforços que fizemos para a retirar de lá, seguramente já não podíamos ouvir as críticas de Fátima Roque. Mas é normal que, em situações deste tipo, um mediador seja atacado ou por uma ou por ambas as partes.

P. — Neste caso, só por uma...

R. — São acusações sem fundamento nenhum: já demos as maiores provas de que estamos empenhados profundamente no processo de paz em Angola.

P. — Atendo-nos aos factos e a propósito da protecção a Fátima Roque, em Luanda, é de deduzir que não lhe foi possível ter idêntica atitude em relação a outros dirigentes da UNITA que foram mortos nessa altura?

R. — Não foi possível fazê-lo. Não se podia acorrer a todas as situações. Eu próprio, no dia seguinte aos massacres, referi — quando muita gente se mantinha prudentemente calada sobre o que viria a suceder — que a UNITA seria sempre indispensável à solução do problema angolano. O que não posso é desculpabilizar a UNITA relativamente às gravíssimas responsabilidades que tem no processo. Porque foi a UNITA que declarou que as eleições — que foram consideradas justas por todas as entidades internacionais envolvidas — não eram válidas e que, bem antes dos acontecimentos de Luanda, abandonou o exército em formação e tomou, pela força, parte do território angolano. Não podemos ser coniventes com estas situações.

Continua na pág. 12

Continuação da pág. 11

DURÃO BARROSO: A paz em Angola e a África do Sul

P. — E acha que os três factos que enumerou justificam, em sua opinião, os massacres de Luanda e outras cidades de Angola, a partir de 31 de Outubro?

R. — De forma nenhuma. Lamento em absoluto as mortes que ocorreram, todas e cada uma delas. Visitei Luanda poucos dias antes dos acontecimentos e já se vivia uma situação de pré-guerra, com a UNITA a controlar grande parte da cidade.

P. — Essa é a teoria da "tentativa de golpe de Estado" por parte da UNITA.

R. — Eu próprio fui impedido pela UNITA de chegar à embaixada portuguesa pelo caminho normal. Houve uma situação de guerra generalizada e penso que, depois, o desenrolar dos acontecimentos ficou, a certa altura, incontrolável para o próprio lado do Governo.

P. — Ou seja, o Governo não conseguiu controlar as massas populares e foram elas as responsáveis pela morte dos dirigentes da UNITA?

R. — Até hoje, não há uma prova de que tenha havido a intenção deliberada do Governo de eliminar fisicamente os dirigentes da UNITA. E, se houvesse, tinha sido um erro, porque alguns dos dirigentes da UNITA que morreram eram dos elementos mais moderados.

P. — Portanto, a sua versão é a de que se tratou apenas de uma situação descontrolada, em que o povo decapita uma organização que estava a negociar, sem qualquer intencionalidade política por parte do Governo.

R. — Não, não. A partir de certa altura, é óbvio que houve uma situação de guerra em Luanda, nessa noite. Não vou discutir quem deu o primeiro tiro. Mas não estou a dizer que o Governo de Luanda tenha sido inocente e não tenha tido qualquer intenção naquilo que fez. O que estou a dizer é que, a partir de certa altura, houve um descontrolo generalizado.

P. — Ainda sobre o livro de Fátima Roque, há algumas afirmações que mereceram alguma atenção...

R. — Pode fazer as perguntas que quiser, mas o Governo não está no banco dos réus em relação a Angola...

P. — Mas está sujeito às perguntas que lhe queiram fazer.

R. — Aceito todas as perguntas que me queira fazer, mas queria dizer que não reconheço a Fátima Roque qualquer credibilidade para fazer acusações ao Governo português.

P. — É natural que uma alta dirigente da UNITA tenha o direito de fazer acusações ao Governo português.

R. — Uma alta dirigente da UNITA que, por vezes, aparece como portuguesa, outras como angolana.

P. — Para todos os efeitos, é dirigente da UNITA — e o sr. ministro tem que ouvir os dirigentes da UNITA. Ou não?

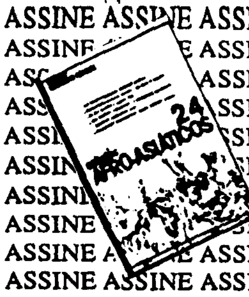
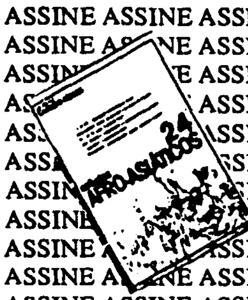
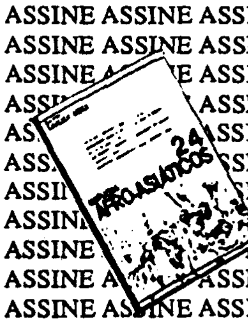
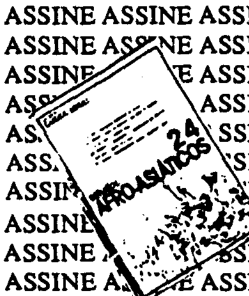
R. — Nós ainda agora ouvimos Savimbi dizer que quer as melhores relações com o Governo português...

P. — Mas, às vezes, também não quer ouvir Jonas Savimbi...

R. — Não dou a todas as intervenções a mesma importância e, às de Fátima Roque, não dou importância nenhuma.

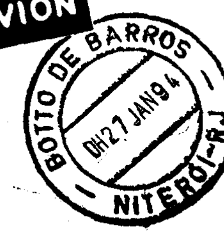
P. — Ponho a questão de outra maneira: há muita gente que observa que o Executivo português tem uma capacidade de relacionamento mais fácil com o Governo de Luanda que com a UNITA. A que é que isto se deve?

R. — A ser assim, isso dever-se-ia ao facto de a responsabilidade principal pelo rompimento dos acordos de paz se ter ficado a dever, na nossa opinião — e, também, em resoluções das Nações Unidas aprovadas por unanimidade —, à UNITA. A dificuldade de relacionamento com a UNITA existe por parte de todos os elementos do Conselho de Segurança. Só em Portugal é que se tende a politizar esta questão, em alguns casos para condicionar a nossa opinião. E até por questões de política interna — e essas lamento-as profundamente.



ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
ASSINE ASSINE ASSINE
LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259


ASSINE ASSINE ASSINE

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual:** *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *Instituições nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00 (Dólar comercial). *We ask exchange.*

VIA AÉREA
PAR AVION



IMPRESSO